

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Christiane Vieira Tavares

**IMPLICAÇÕES DAS FALHAS DO AMBIENTE FAMILIAR NOS ATOS
INFRAACIONAIS COMETIDOS PELOS ADOLESCENTES**

Belo Horizonte

2019

Christiane Vieira Tavares

**IMPLICAÇÕES DAS FALHAS DO AMBIENTE FAMILIAR NOS ATOS
INFRACIONAIS COMETIDOS PELOS ADOLESCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção de título de Especialista

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Tannure

Belo Horizonte

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

UFMG

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que **CRHISTIANE VIEIRA TAVARES** apresentou e foi aprovada em sua monografia do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais intitulada: ***“IMPLICAÇÕES DAS FALHAS DO AMBIENTE FAMILIAR NOS ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS PELOS ADOLESCENTES”***, defendida no dia 11 de outubro de 2019. A banca foi composta pelos professores Cynthia da Conceição Tannure – Orientadora (UFMG), Maria Teresa de Melo Carvalho (UFMG) e Danielle Pereira Matos Rabelo (UFMG).

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2020.

Prof^a Cassandra Pereira França
Coordenadora do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiam e me auxiliaram a concluir mais essa etapa na minha vida.

Ao meu namorado Luiz Antônio por todo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu filho Carlos William por ter compreendido minha ausência em alguns momentos para dedicar-me a esse trabalho.

A todos os professores da Especialização em Teoria Psicanalítica que compartilharam seus conhecimentos em sala de aula, em especial à professora Cynthia Tannure por todo apoio, atenção e dedicação na orientação desta monografia.

E, principalmente, a Deus, por tudo e por colocar todas essas pessoas em minha vida.

RESUMO

O interesse pelo tema desta monografia iniciou-se a partir da minha experiência como técnica de medidas socioeducativas aplicáveis, por determinação judicial, a adolescentes que cometeram ato infracional. Tal experiência possibilitou a escuta desses adolescentes e seus familiares, chamando-nos atenção para um ponto comum na história dessas famílias: há algo que falha nesse ambiente familiar, os pais não se apresentam como referencial na conduta desses adolescentes. A psicanálise, sobretudo a concepção winnicottiana de tendências antissociais que traz um novo paradigma psicanalítico sobre a criminalidade, apresenta-se como referencial teórico deste trabalho. A partir das considerações a respeito do tema, avaliou-se que o ato infracional, sendo uma manifestação antissocial, evidencia uma falha no ambiente familiar, mas que ao mesmo tempo revela uma esperança inconsciente em buscar pelo ato aquilo que lhe foi destituído, o que também suscita sentimentos de esperança em relação a esses jovens, que nos aponta para um potencial de recuperação.

Palavras-chaves: Adolescência. Ato infracional. Tendências antissociais. Família.

ABSTRACT

The interest in the theme of this monograph began from my technical experience of social educative measures applicable, by legal determination to teenagers who have committed an infractional act. This experience allowed us to listen to these adolescents and their families, calling attention to a common point in the history of these families: there is something that fails in this family environment, the parents do not present themselves as a benchmark in the behavior of these teenagers. The psychoanalysis, especially the “Winnicottiana” conception antisocial tendencies that bring a new paradigm psychoanalytic about the crime, presents itself as the theoretical reference of this work. From the considerations regarding the theme, it was evaluated that the infractional act, being an antisocial manifestation, highlights a failure in the family environment, but at the same time it reveals an unconscious hope in search for the act what it was deposed, which also raises feeling of hope in relation to these young people, which points to a potential for recovery.

Keywords: Adolescence. Infractional act. Antisocial tendencies. Family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 CARACTERIZANDO A ADOLESCÊNCIA	9
2 CONCEPÇÃO WINNICOTTIANA DA TENDÊNCIA ANTISSOCIAL E DA DELINQUÊNCIA.....	14
3 RELAÇÃO ENTRE ATOS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA E AS FALHAS NO AMBIENTE FAMILIAR.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Dados sobre a violência e a segurança no nosso país vêm indicando um aumento vertiginoso de adolescentes que cometem atos infracionais. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança (2014), entre os anos de 1996 e 2014 os números passaram de 4.245 para 24.628 casos, gerando preocupação e discussão a respeito do tema. O Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça revelou que cerca de 60% dos jovens que cometeram ato infracional possuem entre 15 e 17 anos, sendo que, mais da metade deles não frequentavam a escola à época da infração, havendo, ainda, indícios de laços familiares fragilizados (Braga, 2012).

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece o direito à proteção à criança e ao adolescente (Inciso I do art. 203), cuja consolidação está prevista na Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990). Neste texto, são encontradas as medidas socioeducativas para os adolescentes (12 e 18 anos) autores de ato infracional, as quais podem variar entre advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Tais medidas devem levar em conta a capacidade do adolescente para realizá-las, as circunstâncias em que a infração foi praticada e a sua gravidade (Brasil, 1990). Após ter sido cometido um crime ou uma contravenção penal, é estabelecido um trâmite judicial e determinado, se for o caso, o cumprimento de uma dessas medidas.

Para o cumprimento da Prestação de Serviço à comunidade, o adolescente é encaminhado a um Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e passará a receber um acompanhamento por um técnico, que realiza atendimentos pontuais, a fim de levá-lo a conhecer os locais onde poderá realizar suas atividades e de acompanhá-lo na aplicação da medida socioeducativa. Pretende-se criar, nesse contexto, um espaço de fala e implicação do adolescente com o seu próprio ato, bem como a responsabilização quanto à abertura de novas possibilidades em sua vida (Brandão, 2010).

Nesses serviços são realizadas também entrevistas com os pais (ou responsáveis), que serão informados sobre o que são e quais os objetivos das medidas socioeducativas, de modo a implicá-los no processo de responsabilização do filho. Após essa etapa do atendimento no CREAS, inicia-se a adesão do adolescente à medida socioeducativa, que poderá ser realizada em entidades assistenciais, escolas, hospitais, Centros de Saúde ou, ainda, em programas

comunitários ou governamentais, como, por exemplo, para auxiliar na organização de arquivos de bibliotecas escolares, recepcionando pessoas em Centros de Saúde, monitorando cursos profissionalizantes, entre outras atividades.

Visando a um exercício de sua autonomia, o adolescente escolherá em qual instituição cumprirá a medida, de preferência que seja próxima à sua residência, podendo escolher também a tarefa que deseja realizar, assim como os dias e horários de seu cumprimento. Essas tarefas devem respeitar suas aptidões e não poderão prejudicar sua vida escolar. A instituição disponibilizará um funcionário que exercerá o papel de educador, auxiliando durante a permanência e convivência do jovem no processo de responsabilização. O tempo de cumprimento da medida dependerá da sentença judicial, podendo ser de três a seis meses. Durante todo esse período, o adolescente continuará sendo acompanhado pelo técnico da medida socioeducativa, no CREAS.

Foi a partir da experiência profissional como psicóloga e analista de políticas públicas da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à comunidade ao longo de dois anos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), da Prefeitura de Belo Horizonte, e no contato com adolescentes autores de atos infracionais que começaram a surgir as questões abordadas nesta monografia. Aproximando-nos do contexto social, econômico e familiar desses jovens, um dos aspectos que mais imediatamente nos chamaram a atenção foi o fato desses adolescentes serem, em sua grande maioria, do sexo masculino, provenientes de uma classe social de baixa renda, residentes em regiões com altos índices de violência e com um ambiente familiar desestruturado e/ou hostil, marcado por problemas com drogas e criminalidade. Ademais, cabe ressaltar a relação desses jovens com a escola, uma vez que muitos param de estudar e apresentam um histórico de atraso escolar, confirmando o que já havia sido revelado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

A partir da escuta dos pais/responsáveis pelos adolescentes, identificamos histórias de vida marcadas pelo desemprego ou trabalho exaustivo de baixa remuneração, além da ausência de um dos genitores na criação do filho e problemas de alcoolismo na família, entre outros aspectos que marcam um contexto de vulnerabilidade social. Diante desse cenário, nos interrogamos acerca do impacto dos cuidados recebidos por esses adolescentes e sua correspondência com os atos infracionais.

Buscando compreender uma possível relação entre o cuidado que foi disponibilizado ao adolescente e seus atos infracionais, recorreremos à literatura psicanalítica, a partir da qual

encontramos ideias que nos pareceram profícuas acerca das especificidades desse período da vida e da relevância dos cuidados recebidos ao longo da infância para o modo como um indivíduo estabelecerá suas relações interpessoais no futuro e sua capacidade de atender aos ditames de sua cultura.

Sendo assim, foi realizada uma investigação de cunho teórico e bibliográfico, no primeiro capítulo buscaremos traçar um panorama das ideias dos autores Erikson, Winnicott, Aberastury, Knobel e Outeiral, sobre as especificidades da adolescência, a fim de contextualizarmos as ações dos adolescentes em função do momento do seu desenvolvimento, reconhecendo, portanto, que determinados atos podem ser esperados como parte do processo de individuação e amadurecimento.

No segundo capítulo, seguindo a trilha das ideias desenvolvidas por Winnicott, apresentaremos a perspectiva do autor sobre a delinquência, cujo tema ganhou relevância em sua trajetória como analista de crianças e adolescentes que haviam se afastado ou perdido seus pais no período da II Guerra.

Por fim, no último capítulo trataremos uma discussão sobre nossa experiência nas medidas socioeducativas à luz do conceito winnicottiano de “deprivação”, buscando relacionar a especificidade dos cuidados recebidos pelos adolescentes aos seus atos infracionais.

1 CARACTERIZANDO A ADOLESCÊNCIA

A palavra “adolescência” tem duas origens etimológicas: do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer) e da palavra *adolescere* (adoecer). Para Outeiral (2008) essa dupla etimologia caracteriza as peculiaridades dessa fase, descrita como:

Aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer; em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida. (Outeiral, 2008, p. 4)

O termo “adolescência” apresenta distinção em relação ao termo puberdade, embora ambos estejam interligados. Macedo, Fensterseifer e Werlang (2004) explicam que, enquanto a puberdade abrange mudanças físicas e hormonais dos jovens, tais como, a menarca, a primeira ejaculação e o aparecimento dos caracteres sexuais secundários, a adolescência é caracterizada por mudanças psicossociais. Mas, embora distintas, as transformações da puberdade e da adolescência se entrelaçam e interagem entre si. Ou seja:

Como processo universal, a puberdade e as suas transformações vão atingir a todos, mas cada um vai dar um colorido singular - o seu colorido- a essas mudanças. Assim é a adolescência: um processo marcado pela construção e conquista da subjetividade e individualidade. (Macedo, Fensterseifer & Werlang, 2004, p. 20)

A partir do reconhecimento da adolescência como um período de transição da infância para a vida adulta, com seus entornos e peculiaridades, várias concepções foram criadas para tentar compreender sua complexidade.

De acordo com Sprinthall e Collins (2003), o primeiro estudo significativo sobre o tema foi realizado por Stanley Hall, com a publicação do livro *Adolescence*, em 1904. Considerado o pai da psicologia da adolescência, o autor interessou-se pela temática por acreditar que ela demandava estudos específicos, sendo um período dramático – entre 14 e 24 anos – marcado por fortes conflitos e tensões, no qual cada pessoa experimenta todas as etapas anteriores de seu desenvolvimento pela segunda vez, em um nível mais complexo. Os autores enfatizam, ainda, o caráter de subversão, rebeldia e maturação biológica da adolescência, não dando relevância aos aspectos ambientais e socioculturais.

Próximo ao período em que Stanley Hall descreveu as particularidades da adolescência, encontramos na psicanálise o pensamento de Freud a respeito da puberdade e da juventude, em seu importante trabalho “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905.

O autor refere-se à puberdade como um período em que a vida pulsional reaparece intensivamente devido ao término da latência e início da sexualidade adulta. Destaca que, nesse período, as fantasias da infância que foram recalçadas, após a dissolução do complexo de Édipo, voltam a emergir. Mas, diferente da infância, com a puberdade passa a existir a maturação biológica, que permitiria a realização do desejo edípico. Entretanto, como a proibição do incesto já foi instituída, a pulsão não será direcionada aos pais. Haveria, então, uma revisão do complexo do Édipo, da relação desenvolvida com os genitores na infância e seus conflitos.

Ao mesmo tempo que essas fantasias claramente incestuosas são superadas e repudiadas, completa-se uma das mais significativas e, também, uma das mais dolorosas realizações psíquicas: o desligamento progressivo dos pais, um processo que, sozinho, torna possível a oposição, tão importante para o progresso da civilização, entre a nova geração e a velha (Freud, 1905/1972, p. 234).

Em seu texto “Romances familiares” (1908/1976), Freud discorre sobre a relação entre as fantasias e a configuração psíquica dos neuróticos. Ele não usa especificamente o termo “adolescência”, mas novamente aponta que há uma passagem dolorosa no decorrer do desenvolvimento em que há um confronto entre o ideal que se tinha dos pais e a realidade. O sujeito tende a libertar-se da autoridade dos pais, à medida que põe em questão o lugar de supervalorização atribuído a eles anteriormente e vai em busca de novos conhecimentos e posicionamentos na vida.

Outro psicanalista que deu uma importante contribuição à temática da adolescência foi Erik Erikson. Em seu livro *Identidade, juventude e crise* (1976), encontramos a ideia do autor sobre o desenvolvimento e o papel da interação social sobre o crescimento dos indivíduos e na formação da identidade. O autor identifica que o indivíduo passa por diferentes fases no ciclo da vida, cada uma dessas fases é instaurada por uma crise, não no sentido catastrófico, mas como um movimento necessário para o desenvolvimento. O indivíduo é compelido a utilizar novos recursos, a partir do seu crescimento, rumo a uma nova direção. Cada etapa, então, consistirá na experiência de uma crise, que o indivíduo tentará superar para progredir ao longo dos ciclos de vida. A adolescência, para esse autor, é a fase do ciclo vital caracterizada pela dicotomia identidade *versus* confusão de papéis.

Entre as indispensáveis coordenadas da identidade está o ciclo vital, pois partimos do princípio de que só com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento vital e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar de crise de identidade como aspecto

psicossocial do processo adolescente. Nem essa fase poderia terminar sem que a identidade tivesse encontrado uma forma que determinará, decisivamente a vida ulterior (Erikson, 1972).

O adolescente passa por uma série de mudanças físicas, junto ao aparecimento de novas demandas sociais, colocando em questão as construções anteriores. Os pais, que antes eram elementos de identificação, perdem o seu espaço. Nesse momento, os adolescentes exploraram diferentes atitudes e identidades, buscando um conhecimento de si, mediante os desafios que lhes são impostos (Erikson, 1976).

Podemos compreender, a partir de Erikson, que, nessa fase, o sujeito precisará adaptar o Eu a essas mudanças físicas e às demandas sociais. A identidade ocorre de forma interativa com o meio. À medida que as pessoas à sua volta ajudam na resolução de suas questões, desenvolve-se o sentimento de identidade pessoal. Por outro lado, se o adolescente não encontra respostas para essas questões, pode se desorganizar, perdendo suas referências (Erikson, 1976). Embora a tendência do adolescente seja a de afastar os pais nesse momento, eles continuam sendo importantes nessa etapa, servindo de suporte.

Em outra perspectiva, o psicanalista Winnicott (1964/2005) também ofereceu uma importante contribuição a respeito dessa temática, considerando a relevância do ambiente para o processo de amadurecimento. Para esse autor, a adolescência seria um processo natural e necessário para se chegar à maturidade, havendo uma oscilação entre ser e não ser dependente.

Dias (2003) estudiosa do pensamento winnicottiano, considera, a partir desse autor, que o adolescente repete os padrões dos estágios primitivos do amadurecimento e luta para sentir-se real. Com isso, nessa época, apresentam-se a astúcia, a hostilidade, as mentiras, ironias e a necessidade de confronto com a sociedade.

Em *Privação e delinquência*, Winnicott (1964/2005) afirma que o adolescente está se adaptando ao novo mundo, ao novo corpo, e a outro modo se estabelecer relações. Não há como evitar, retardar ou impedir esse processo, pois ele é natural e necessário para se chegar à maturidade e à vida adulta. No desenrolar dessas mudanças, é importante haver uma provisão ambiental garantindo a continuidade do processo. Nesse sentido, a participação dos familiares, principalmente dos pais, torna-se relevante, a partir dos seus cuidados, presença, demonstração de carinho e afeto. (Winnicott, 1964/2005)

Mais recentemente, outros psicanalistas, como Knobel e Aberastury (1981), trouxeram novas contribuições para o entendimento da adolescência. Em *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*, tais autores consideraram os aspectos biopsicossociais envolvidos na

adolescência, enfatizando os processos de luto vivenciados nessa fase. Compreendem a adolescência como uma fase evolutiva na qual o indivíduo estabelece sua identidade adulta, a partir de internalizações e identificações ocorridas na infância, principalmente na relação com seus pais, mas também levando em conta as influências da sociedade em que vive.

Segundo Knobel e Aberastury (1981), o período da adolescência assemelha-se a uma entidade semipatológica que eles denominaram “síndrome normal da adolescência”, a qual seria marcada por instabilidades e perturbações. O adolescente, que antes tinha suas necessidades satisfeitas pelo mundo adulto, agora terá que enfrentá-lo e desprender-se do seu mundo infantil para, enfim, estabelecer sua identidade.

Knobel e Aberastury (1981) afirmam que o adolescente passa por três lutos fundamentais para a formação da identidade: o luto pelo corpo infantil perdido; o luto pelo papel e a identidade infantis e o luto pelos pais da infância.

O luto pelo corpo infantil caracteriza-se pelas transformações impostas pelas mudanças biológicas advindas com a puberdade, trazendo o sentimento de impotência diante das mesmas, e um estranhamento.

Já o luto pelo papel e identidade infantis envolve o contato com um conjunto de responsabilidades e obrigações necessárias para se chegar à vida adulta, impondo a necessidade de o indivíduo desvencilhar-se da relação de dependência com as figuras parentais.

Por fim, o luto pelos pais da infância requer uma desidealização dos mesmos, uma vez que o adolescente percebe que os pais reais não coincidem com os pais internalizados, considerados pela criança como figuras onipotentes. Tal desligamento dos pais, como já afirmava Freud (1908/1976), no texto “Romances familiares”, é doloroso para o adolescente.

Todos esses autores ponderam a necessidade de compreendermos a adolescência como parte de um processo de evolução do indivíduo, considerando que, a repressão severa e violenta nesse período aumentaria o distanciamento entre o adolescente e os adultos e agravaria os conflitos, propiciando o desenvolvimento de personalidades e grupos desviantes.

Como podemos perceber, é comum entre os diversos autores apresentados relacionar a adolescência a um período de mudanças, marcado por instabilidades e fragilidades, próprias ao processo de amadurecimento. Especialmente com Winnicott, compreendemos a necessidade de o adolescente encontrar um ambiente familiar seguro e confiável para experimentar toda a potência de suas transformações, sendo, portanto, fundamentais os cuidados e amparo dispensados a ele. Mas o que ocorre quando há uma falha no ambiente

familiar do adolescente? Quais as possíveis implicações desse ambiente no ato infracional cometido pelos adolescentes?

2 CONCEPÇÃO WINNICOTTIANA DA TENDÊNCIA ANTISSOCIAL E DA DELINQUÊNCIA

Donald W. Winnicott, psicanalista inglês e estudioso das relações objetais, possui uma importante contribuição a respeito dos cuidados iniciais a serem ofertados a uma criança e a saúde psíquica alcançada por ela nos anos posteriores do seu processo de amadurecimento.¹ Em razão de sua larga experiência como pediatra, pode observar em grande escala a relação entre mães e bebês elucidando, a partir do que acontecia nessa interação, os adoecimentos psicóticos dos pacientes adultos. Isso fez com que desse destaque aos momentos iniciais desse relacionamento e às falhas que produziam fracassos em conquistas essenciais aos seres humanos, quais sejam: integrar-se, personalizar-se e estabelecer relações objetais. Suas contribuições mais originais deram-se entre as décadas de 40 e 60,² inaugurando uma teorização sobre a natureza humana e seu processo de amadurecimento (Dias, 2012).

Por “natureza humana” Winnicott (1963) designava uma tendência herdada à integração, crucial à saúde emocional e à capacidade de fazer contato com a realidade e com o outro. Trata-se de uma tendência que envolve um esforço para amadurecer rumo a um momento posterior do desenvolvimento. Para que isso aconteça, o autor reconhece a necessidade de o ambiente ofertar determinados cuidados ao bebê quando ele ainda se encontra em um estado de dependência absoluta, e não se diferencia do ambiente.

Com “o cuidado que ele recebe de sua mãe”, cada lactente é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado de continuidade do ser. Na base dessa continuidade do ser o potencial herdado se desenvolve gradualmente no indivíduo lactente. (Winnicott, 1960, p. 53)

O processo de amadurecimento vai da dependência absoluta, com uma relação indiferenciada com o ambiente, à independência relativa, com a capacidade para estabelecer relações triangulares. No período de dependência absoluta, Winnicott considera que a mãe é sentida como um objeto subjetivo e parte do bebê, o que parece ser um ponto fundamental para o psicanalista, que defende a ideia de que, no início da vida, é preciso uma ilusão de criar

¹ De acordo com Dias (2003), o autor deu uma contribuição original à psicanálise a respeito da natureza humana. Sugerimos ao leitor interessado no aprofundamento e aprendizagem do pensamento winnicottiano, orientar-se por essa autora, e seu esforço em sistematizar aquilo que está de modo disperso e não acabado na obra do psicanalista inglês sobre o amadurecimento humano.

² Dentre as contribuições de Winnicott, pode-se mencionar aquelas relacionadas à teorização sobre a criatividade, aos fenômenos transicionais e ao brincar (Dias, 2003).

o mundo antes de conhecê-lo como uma realidade objetivamente percebida.³ Apenas gradativamente, a mãe será percebida fora da área de onipotência do bebê, como um ser separado dele. O cuidado materno permite fazer frente ao desamparo inicial por meio de uma ilusão de onipotência, e se converterá em sentimento de esperança diante das dificuldades da vida.

Na dependência absoluta, a ausência e a inconstância do cuidado são vividas como falhas, irritações e invasões que levam ao aniquilamento, e provocam reação, no lugar de ser. Além disso, uma mãe que antecipa as necessidades do bebê no período de dependência pode ser sentida como perigosa, levando ao enfraquecimento do ego. O lactente é capaz de reagir ao ambiente que não se mostra confiável, constituindo aí um trauma, pois cada vez que precisa reagir, deixa de viver a continuidade do seu processo de amadurecimento (Winnicott, 1963). As falhas vividas nesse período associam-se ao adoecimento psicótico e às tendências antissociais.

Apresentando os períodos do amadurecimento e as reações às falhas neles vividas, em 1962, no artigo “Provisão para a criança na saúde e na crise”, Winnicott dirá que o período seguinte ao da dependência absoluta já não é mais de dependência extrema, mas de dependência, e nele o bebê consegue perceber as falhas que porventura venham a traumatizá-lo, pois já desenvolveu um Eu que o capacita a fazer esse reconhecimento. Depois, segue-se um período de transição, no qual a criança precisa experimentar a independência sem deixar de viver também, momentos de dependência. E, caso o ambiente falhe, pode dar origem a uma dependência patológica. Nessa transição pode predominar a necessidade da independência em relação à necessidade de dependência, que quando não atendida, segundo Winnicott, pode produzir arrogância e surtos de violência. Ao alcançar a independência, a criança internaliza o ambiente, adquirindo capacidade de cuidar de si mesma. Por fim, a criança desenvolve o sentido social, identificando-se com os adultos, e mantendo sua originalidade.

Na introdução do livro *Privação e delinquência*, os organizadores da obra destacam que as experiências advindas da Segunda Guerra Mundial impulsionaram fortemente o

³ Dias (2003) afirma que nos momentos iniciais da vida, o bebê não possui maturidade para saber da realidade e relacionar-se com os objetos nela existentes: “Ele ainda não desenvolveu o sentido de externalidade, nem a capacidade de percepção que é característica das relações com objetos percebidos objetivamente” (p. 213).

enriquecimento da teoria de Winnicott sobre o amadurecimento pessoal e seu interesse pela delinquência, formulando a teoria das tendências antissociais.

Winnicott trabalhou como Psiquiatra Consultor do Plano de evacuação Governamental numa área da Inglaterra. Durante a guerra as evacuações eram feitas com a finalidade de proteger as crianças, direcionando-as para lares coletivos e/ou adotivos que ficavam fora das áreas bombardeadas. As crianças que apresentavam dificuldades maiores em adaptar-se ao novo lar regressavam para o seu lar original ou eram mandadas para alojamentos para serem acompanhadas de forma especial.

Tais crianças com dificuldades especiais na adaptação apresentavam desde sintomas como enurese noturna e incontinência fecal a roubos, depredações de trens, evasões, fugas de alojamentos, etc. (Winnicott, 1964/2005).

Claire Winnicott, sua esposa, que fazia parte de sua equipe como Assistente Social, descreve que na ocasião ele teve que enfrentar os efeitos na criança da separação, perda, e morte dos seus pais, compreendendo a relevância do fator ambiental no processo de amadurecimento, podendo constatar, de forma evidente, o vínculo entre privação e delinquência.

Ele compreendeu que os comportamentos antissociais manifestados, em grande número de casos, não estavam correlacionados diretamente com os conflitos e sofrimentos advindos das evacuações. Obviamente reconhecia as consequências negativas do afastamento das crianças de seus pais, mas revela que a tendências antissociais manifestadas eram de outra ordem, encontravam-se suas bases num momento bem anterior, nas suas relações iniciais primárias. As crianças que apresentavam maiores problemas na adaptação sofreram privação antes de serem evacuadas. Logo, a solução não estaria em trocar a criança de alojamento, embora alguns realmente pudessem não ser satisfatórios, ou tentar adaptá-la simplesmente ao novo lar. Tais crianças foram frustradas anteriormente no seu ambiente familiar, que não foi capaz de oferecer a elas estabilidade, cuidados individuais satisfatórios e contínuos. Fazia-se necessário, então, que o programa de evacuação compreendesse a raiz dessa problemática a fim que o novo lar suprisse a necessidade da criança, oferecendo a segurança que seu lar não foi capaz de oferecer. O que a criança faz com seu comportamento antissocial é testar o novo ambiente ao qual está inserida, como já havia feito no seu ambiente familiar, para sentir-se segura, confrontando as experiências de suas ações. E, para isso, as pessoas que se propuseram a trabalhar nesses alojamentos teriam que suportar o incômodo que se apresentava, oferecendo cuidado e afeto e estabelecendo um ambiente em que pudesse se

sentir segura. Acreditava que os distúrbios de comportamentos, manifestações das tendências antissociais, poderiam ser tratados pelos membros do alojamento não através de punições, mas reconstituindo a boa relação inicial que um dia se perdera.

As conclusões extraídas acerca dos sintomas das crianças com as quais pode trabalhar durante a guerra permitiu elementos para compreender a relação da privação com as tendências antissociais e a delinquência.

Para Winnicott (1964/2005), a forma como se deu o amadurecimento inicial do indivíduo pode explicar a sua constituição e possíveis patologias. A criança nos estágios iniciais de seu desenvolvimento testa seu poder de destruição, desintegração e de apropriação. A todo momento se impõe aos pais. Ela ainda não tem maturidade suficiente para dar conta sozinha dos seus conflitos e o potencial de desintegração característico de seu desenvolvimento emocional. Os pais deveriam ser aqueles capazes de tolerar essas demonstrações próprias dessa fase, entendendo como parte do seu progresso. O ambiente familiar deve ser estável e seguro para que possa servir de referência.

Se o lar consegue suportar tudo aquilo que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar; mas primeiro os negócios, os testes têm que ser feitos, especialmente, se a criança tiver alguma dúvida quanto à estabilidade da instituição parental e do lar (que para mim é muito mais do que a casa). (Winnicott, 1964/2005, p. 121)

A falta de possibilidade de expressar esses instintos de destruição e desintegrar-se é o que pode levar as crianças a demonstrar em ato essa falha do seu ambiente familiar que não lhe serviu de referência.

As falhas ambientais na fase de desenvolvimento denominada dependência relativa, ocasionaria a tendência antissocial, que não é um diagnóstico, mas manifesta-se em atos, comportamentos que vão contra os bons costumes, a ordem social.

A manifestação da tendência anti-social inclui roubo, mentira, incontinência e, de modo geral, uma conduta desordenada, caótica. Embora cada sintoma tenha seu significado e valor específico, o fator em comum para o meu propósito de tentar descrever a tendência anti-social é o valor de incomodo dos sintomas. (Winnicott, 1964/2005, p. 133)

As tendências antissociais apontam para o que Winnicott chamou de complexo de privação, quando a criança sofre privação, faltando características essenciais da vida familiar. A criança, então, atua no meio, causando incomodo, a fim de chamar, de forma inconsciente, atenção para a sua falta.

Quando existe uma tendência anti-social houve um verdadeiro desapossamento (não uma simples carência); quer dizer, houve perda de algo bom que foi positivo na vida da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um período maior do que aquele que a criança pode manter viva a lembrança da experiência. A descrição abrangente da privação inclui o antes e o depois, o ponto exato do trauma e a persistência da condição traumática, e também o quase normal e o claramente anormal. (Winnicott, 1964/2005, p. 131)

A “tendência antissocial” seria, então, decorrente da falta de um cuidado, num certo momento do desenvolvimento, que a criança sente que anteriormente teve o que Winnicott chama de privação. Refere-se a uma falha ambiental na continuidade dos cuidados à criança.

Garcia (2005) entende essa privação descrita por Winnicott como uma mudança ou uma retirada repentina de cuidados. O ambiente que se apresentava como suficientemente bom, permitindo que a criança vivesse o tempo necessário à ilusão de sua onipotência, posteriormente falha. Isso ocorre na fase de desenvolvimento da dependência relativa, quando a criança já tem maturidade para perceber que houve uma falha ambiental.

Quando isso ocorre, a criança passa a procurar no ambiente uma cura para essa falha. Passa a apresentar comportamentos antissociais, como uma forma do ambiente reparar essa distorção que houve em uma etapa da sua vida. A maneira pela qual o ambiente vai responder esses comportamentos pode propiciar uma correção nas distorções da personalidade ou, por outro lado, fazer com que tais defesas antissociais fiquem mais crônicas. De acordo com Winnicott:

A criança cujo lar não lhe ofereceu um sentimento de segurança busca fora de casa as quatro paredes; ainda tem esperança a recorrer aos avós, tios e tias, amigos da família, escola. Procura uma estabilidade externa sem a qual poderá enlouquecer. (Winnicott, 1964/2005, p. 121)

Quando não tratados, os atos antissociais podem se desenvolver para a delinquência. O delinquente é um rapaz ou uma moça antissocial não tratado. Segundo o Dicionário Aurélio, delinquência é o ato de delinquir, ou seja, de cometer falta, crime ou delito. Portanto, o delinquente seria aquele que resiste ou infringe as regras ou normas estabelecidas na sociedade.

Em *Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional*, Sá (2001) define a delinquência como “uma busca de solução por intermédio de uma tentativa de retorno à época em que as coisas corriam bem, para voltara usufruir da posse do objeto primordial, de sua confiabilidade, e reconquistar a segurança e a autoconfiança, graças as quais a criança podia manifestar sua destrutividade”. O autor sugere, então, que a

conduta delinquente, tal qual descrita por Winnicott, estaria compelindo a sociedade a reconhecer suas perdas, buscando vias de solução.

Winnicott, ao relacionar a deprivação de cuidados com a delinquência, traz novas contribuições à psicanálise a respeito do tema.

Freud, em “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, descreve que alguns pacientes relatavam nos atendimentos que em sua juventude chegaram a praticar atos como furtos, fraudes, incêndios, etc... A grande recorrência desses relatos em sua clínica proveu a necessidade de pesquisar sobre a intencionalidade desses atos. Conclui então que tais atos remetiam à necessidade de punição da culpa advinda do Complexo de Édipo:

o resultado do trabalho analítico era demonstrar que esse sentimento de culpa advinha do complexo de Édipo e constituía uma reação as duas grande intenções criminosas de matar o pai e ter relações sexuais com a mãe. Em comparação com esses dois, os crimes perpetrados com o propósito de fixar o sentimento de culpa em alguma coisa vinham como um alívio para os sofredores. (Freud, 1916/2006, p. 347).

Portanto, na concepção freudiana, os atos criminosos recorrem a uma tentativa de punição pela culpa advinda das fantasias inconscientes de matar o pai e casar com a mãe instaurada no Complexo de Édipo, proporcionando a diminuição da intensidade desse sentimento.

Loparic (2006) e Dias (2002) apontam para a mudança de paradigma na concepção de Winnicott sobre a criminalidade que divergiria da apresentada acima, por enfatizar o fator ambiental. Em Winnicott, a delinquência, relaciona-se com experiências de privações e frustrações em relação ao meio, sobretudo a deprivação emocional das relações com as figuras parentais, mas especificamente com a figura da mãe (ou quem ocupa o lugar). A delinquência para Winnicott apresenta-se como uma forma que o indivíduo encontrou para reivindicar aquilo que foi privado, de retornar à fase em que sentiu suas necessidades atendidas e poder voltar a ter um ambiente de confiança.

Reconduzida, dessa forma, à experiência com os adolescentes acompanhados nas medidas socioeducativas, e agora tendo como orientação para pensá-la as ideias de Winnicott sobre a delinquência, faremos no próximo capítulo uma relação entre as atitudes que testemunhamos com esses sujeitos e as possíveis falhas que porventura eles possam ter vivido nos cuidados essenciais ao seu processo de amadurecimento.

3 RELAÇÃO ENTRE ATOS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA E AS FALHAS NO AMBIENTE FAMILIAR

A forma como o indivíduo viveu seus estágios anteriores conduzirá o modo como irá se apresentar na adolescência e, isso, por sua vez, dependerá de como o ambiente favoreceu ou não seu desenvolvimento, de acordo com as suas necessidades. De acordo também com os autores já apresentados nesse trabalho há também dificuldades que são inerentes à própria adolescência, como adaptação às transformações corporais, desilusão com o mundo adulto, busca da autonomia, rebeldia e imaturidade.

A imaturidade, para Winnicott, é uma característica marcante da adolescência:

A imaturidade é uma parte preciosa da cena adolescente. Nela estão contidas as mais excitantes características do pensamento criativo, sentimentos novos e frescos, ideias para uma nova forma de viver. A sociedade necessita ser chacoalhada pelas aspirações daqueles que não são responsáveis. (Winnicott, 1961/1999, p. 158)

No processo de amadurecimento pessoal, a dependência absoluta transforma-se gradativamente em dependência relativa, caminhando rumo à independência, essa última nunca é absoluta. Mesmo na maturidade, não se vive a independência em sua totalidade. O adolescente demanda da provisão ambiental, que deverá ser suficientemente boa, auxiliando no processo de crescimento, sob a forma de cuidado proteção e afeto (Winnicott, 1975).

Então, embora o adolescente busque sua independência e sua autonomia, tem a necessidade de relaciona-se com o meio, passar por novos conflitos e mudanças e novamente necessitar da provisão ambiental. Os cuidados maternos iniciais passam a ser exercidos por ambos os pais e posteriormente vão se ampliando para os círculos familiares mais amplos, para escola e os amigos.

Os atos infracionais dos adolescentes, compreendidos como uma tendência antissocial, podem revelar certas falhas no ambiente na provisão de cuidados especiais. Destacamos neste trabalho as falhas no ambiente familiar na preservação da continuidade do amadurecimento do filho.

Inspirados pelas ideias winnicottianas, buscaremos pensar os atos infracionais, tentando estabelecer uma relação entre estes e possíveis falhas ambientais ocorridas no período do amadurecimento caracterizado pela dependência relativa. Somos impelidos a compreender como as falhas se manifestam por meio daquilo que nos contam a história dos adolescentes que atendemos, e suas transgressões.

A experiência com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nos possibilitou conhecer várias de suas histórias. E, embora cada um apresentasse particularidades, notou-se um ponto de interseção na narrativa que apresentavam, qual seja, a de que seus lares não se apresentavam como um espaço de estabilidade e crescimento. Por outro lado, também tivemos acesso às dificuldades enfrentadas pelos cuidadores, que revelavam dificuldades em ocupar o lugar de referência.

Alguns familiares com os quais tivemos contato apresentavam queixas como desemprego, trabalhos exaustivos e com baixa remuneração, falta de ajuda do outro genitor (em geral do pai) para auxiliar nos cuidados e financeiramente, alcoolismo, falta de lugar para deixar os filhos para trabalhar, dentre outros elementos. Muitos se queixavam de que, desde muito cedo, como não podiam ficar em casa, os filhos permaneciam na rua durante todo o dia. Somava-se a isso a falta de condições financeiras para ofertarem aos filhos oportunidades de lazer, educação de qualidade e apoio psicológico.

Na escuta dos adolescentes e seus familiares iam se delineando os reflexos da vulnerabilidade social e econômica sobre a oferta dos cuidados. Para Winnicott (1961/1999), o cuidado está relacionado ao “segurar”, mas não no sentido apenas físico. O segurar tem um sentido mais amplo, refere-se também às condições emocionais e investimentos afetivos nas relações, necessários ao crescimento.

Recorreremos a algumas vinhetas clínicas para que nos ajudem a avançar na compreensão daquilo que parece ter sido vivido por esses sujeitos. Certa vez, escutamos da mãe de um adolescente na medida socioeducativa:

Sinto que não acompanhei meu filho crescer. Quando o pai dele me largou, tive que me virar e pegar qualquer tipo de trabalho. Tinha uma menina que tomava conta dele para mim desde quando ele era bebê, mas ela tinha um filho de 3 anos, então acabou não conseguindo mais tomar conta dos dois ao mesmo tempo. Às vezes quando eu ia pegá-lo estava sujo. Já aconteceu de pegar ele com fome, mesmo eu sempre tendo deixado dinheiro ou leite para ele. Mas o preço que eu podia pagar só dava para ser ela mesma. Tentei colocar numa creche pública, mas não consegui vaga. Então minha mãe se ofereceu pra tomar conta dele, ela não tinha muita paciência, mas fazer o que? Era a única alternativa. Quando chegava em casa estava tão cansada, que nem aguentava brincar com ele, só queria dormir...

Quando Winnicott relaciona uma falha ambiental vivida por uma criança às origens da tendência antissocial e da delinquência, podemos compreender, a partir da vinheta clínica, que tal falha remete às perdas vividas não apenas pela criança, mas por seus cuidadores. Pareceu-nos significativo o quanto esses últimos demonstravam-se desamparados no exercício dos cuidados.

Percebíamos, além da dificuldade em conciliar as tarefas de manutenção da casa e dos laços com os filhos, certo ressentimento em relação ao ex-parceiro amoroso. Além disso, em outras situações, os adolescentes seriam frutos de relacionamentos casuais, sem, necessariamente, ter havido envolvimento afetivo entre os pais. Vejamos mais uma vinheta clínica para que se possa elucidar o contexto das relações em que os cuidados são ofertados.

Gustavo foi encaminhado às medidas socioeducativas aos 16 anos. Segundo sua mãe, ele foi filho de um breve namoro, quando ela tinha apenas 17 anos e o pai 23 anos. Um pouco depois de saber da gravidez, o pai foi se afastando dela até terminar o relacionamento, não acompanhando a gravidez. A mãe de Gustavo afirmou ter sofrido muito na época com esse rompimento. Os avós paternos procuravam ajudar quando podiam, mas muito pouco, devido às condições econômicas.

A gravidez da mãe foi muito conturbada, não tendo sido bem aceita pelos pais dela. Ela, além de sofrer com o abandono do namorado, teve também que deixar os estudos, e nunca mais voltou por não conseguir conciliar com a maternidade e, posteriormente, com o trabalho. O pai registrou Gustavo, mas o viu apenas três vezes durante a infância, mudando-se de cidade quando o filho tinha apenas 2 anos, não dando mais notícias.

Um ano antes de o adolescente ter sido encaminhado para as medidas socioeducativas, o pai, que estava passando férias na mesma cidade do filho, encontrou-o, aproximando-se dele e levando-o para passar um período em sua casa e realizar testes em clubes de futebol, pois via no adolescente uma habilidade ligada a essa atividade esportiva. A mãe, por sua vez, permitiu o reencontro entre pai e filho. Ela vivia um novo relacionamento e nutria o desejo de experimentar o que precisou renunciar ao engravidar na adolescência de Gustavo.

No entanto, após um mês com o filho, o pai mandou-o de volta para a casa da mãe, dizendo que o levaria com ele novamente quando algum clube de futebol desse retorno, o que nunca aconteceu. Novamente o pai sumiu, sem dar notícias.

Gustavo já tinha perdido alguns dias de aula enquanto estava na casa do pai e decidiu não retornar mais aos estudos. No ano seguinte, também não quis mais se matricular. Segundo a mãe, o filho começou a se envolver com “más companhias” e ela já não tinha mais controle

sobre ele, até que um dia foi apreendido por roubo. Paula disse que o filho até então apresentava um comportamento “mediano”, apresentava hiperatividade, dava certo trabalho em relação aos estudos e apresentava um gênio um pouco difícil, “igual ao pai dele”, mas seu comportamento tinha piorado depois que voltou da casa dele.

O contexto de abandono e pobreza pode ter interferido nos cuidados nas fases iniciais da infância de Gustavo, mas pareceu-me, segundo o relato da mãe, que de certa forma ela se organizou para cuidar do menino. Entretanto, justamente na adolescência, fase em que o indivíduo precisa encontrar um ambiente familiar seguro e confiável para experimentar toda a potência de suas transformações, conforme ressalta Winnicott (1964/2005), Gustavo vive a esperança de um vínculo com o pai e a decepção em relação a ele. Junto a isso, a mãe passa a desejar uma restauração daquilo que havia perdido ao ter ficado grávida daquele menino, parecendo desejar certo afastamento do mesmo. Tais atitudes dos pais em relação ao filho, principalmente do pai, evidenciavam uma ligação direta com seu ato infracional. É como se estivesse convidando-os a testemunhar suas frustrações e reconhecer suas falhas em relação a ele. Segundo os relatos da mãe, foi possível sinalizar também alguns sinais da tendência antissocial, como a enurese, hiperatividade, falta de interesse pelos estudos que já demandavam uma atenção e cuidados maiores, lembrando-nos as ponderações de Winnicott em relação às manifestações antissociais apresentadas na infância, que, quando não tratadas, podem evoluir e chegar ao que ele denomina de “delinquência”.

Outro caso que acompanhei que me chamou atenção para como um ambiente hostil pode trazer consequências negativas ao crescimento pessoal foi o de uma adolescente chamada Janaína que foi encaminhada para as medidas socioeducativas quando tinha 17 anos. Cursava o segundo ano do ensino médio na ocasião, e morava com o namorado, de 21 anos, e a mãe dele, por ter se desentendido com sua mãe adotiva. A mãe biológica era usuária de drogas e o pai, embora nunca tenha tido contato, sabia que era envolvido com drogas e criminalidade. Quando ela tinha dois anos de idade, a mãe biológica perdeu sua guarda e ela foi morar em um abrigo. Os pais adotivos, Sra. Marte e Sr. Pedro, foram apresentados pela igreja evangélica que frequentavam ao abrigo que Janaína estava. Ficaram sabendo da possibilidade de ficarem alguns dias com alguma criança, já tinham outra criança de 7 anos.

Eles, então, ficaram alguns dias com Janaína em sua casa. Inicialmente, Janaína foi bem recebida por eles e pelo filho do casal, mas quando foram devolvê-la ao abrigo, houve certa pressão da igreja para que ficassem com ela, pois ela tinha se adaptado bem. Eles, assim, acabaram a adotando. Eram pessoas simples, os dois trabalhavam na igreja que frequentavam

para pagar as contas da casa, com dificuldades. Foi a igreja que cedeu a casa, que ficava no mesmo lote, para eles morarem.

Nos primeiros atendimentos, a mãe adotiva negava-se a ir, falava que não gostaria de ficar responsável pela filha, já que estava morando com o namorado, e era ele, então, que deveria acompanhá-la. Insistíamos para que ela fosse porque era necessário que o responsável assinasse o plano de atendimento, mas, além disso, queríamos ouvir a história daquela família. Até que, por fim, ela vai ao atendimento. Relatou que na verdade nunca foi um desejo do casal adotar uma criança, até mesmo por dificuldades financeiras. A igreja teria convencido o seu marido primeiro pela adoção. Depois acabou aceitando, segundo ela, por questões religiosas. Pareceu-me que de fato o casal, principalmente a mãe, nunca foi capaz de assumir a parentalidade, propiciando um ambiente suficientemente bom. Não se sabe realmente os motivos inconscientes que levaram o casal a adotarem, mas a falta do desejo pela filha e de inscrição psíquica como pais sempre tiveram interferência na criação. A mãe adotiva a descrevia como uma menina que “sempre foi difícil”, desobediente, dava problemas na escola, etc. Na adolescência, o comportamento teria ficado mais difícil, envolvendo-se com más companhias, até que, numa discussão, rompe com a mãe e vai morar com o namorado. A mãe nunca tentou persuadi-la a voltar, pelo contrário, pareceu aliviada com a decisão da filha.

Num primeiro momento, na fase que Winnicott nomeou de “dependência absoluta”, supomos que Janaína possa ter recebido os cuidados necessários. Mas, possivelmente na fase de dependência relativa, pode ter havido uma falha ambiental, até mesmo pela questão do vício da mãe, tanto que ela acabou perdendo a guarda da filha. Num outro momento, quando poderia haver uma constituição familiar favorável, há novamente uma falha ambiental.

Em *Privação e delinquência* (1964/2005) temos, a partir da fala de Winnicott numa palestra direcionada aos pais adotivos das crianças que haviam sido evacuadas na guerra, suas considerações sobre crianças adotivas. Considerava que adotar uma criança proveniente de um lar inadequado é uma tarefa complexa, pois além de terem que assumir a função de pais, deverão ser capazes de compensar e suprir as possíveis deficiências ambientais aos quais os filhos foram submetidos anteriormente, devendo agir como o que o teórico denominou de “pais terapeutas”.

No caso de Janaína, esses pais adotivos não foram capazes de suprir suas necessidades e de fato propiciar a ela um lar – não no sentido físico, mas como um ambiente acolhedor, cercado de afeto e cuidados. Ela reclamava que nunca se sentia como filha do casal, percebia

que não a tratavam como o outro filho. Cada vez mais se afastava dos pais e os amigos iam ganhando mais importância.

A psicanálise nos traz grandes contribuições para entender o caso dessa adolescente. Como vimos em Knobel e Aberastury (1981), na adolescência há um esperado afastamento dos pais e maior aproximação do grupo de amigos como forma de buscar sua identidade com aqueles que estão passando pelo mesmo processo e não fazem parte do seu grupo familiar. Esses grupos de adolescentes são vistos por Winnicott (1964/2005) como “ajuntamentos de indivíduos isolados que procuram formar um agregado por meio de identidade de gostos”, e acrescenta ainda que “O adolescente é essencialmente isolado” (p. 118). Eles formam grupos a partir de gostos, afinidades, vivência, vestimentas similares, querem explorar o mundo. Entretanto, há uma repetição daquela fase de quando eram bebês, na qual a partir do isolamento buscavam individualizar-se, encontrar-se: “O bebê também é um isolado, pelo menos até que seja capaz de estabelecer a capacidade de relacionamentos com objetos que estão fora do seu controle mágico” (Winnicott, 1964/2005, p. 165).

Winnicott atribuiu um grande valor às amizades capazes de proporcionar uma provisão ambiental. Embora, para a mãe, os amigos de Janaína fossem má influência, eles pareciam estar fazendo um importante papel para ela diante de uma história de fracassos ambientais. Ao falar sobre suas amizades, ela sempre dizia: *elas fazem algumas coisas erradas, mas elas me entendem, posso contar com elas*. Para ela, eram seus verdadeiros amigos – “Um amigo verdadeiro nos tolera, ajuda-nos um pouco e espera” (Winnicott, 1958, p. 68).

Outro ponto que podemos pensar a partir das considerações de Winnicott (1964/2005) é sua afirmação de que “os adolescentes têm sim problemas com os instintos, no entanto, o mais importante que isso é que eles querem ser alguém em algum lugar” (p. 123). O namorado de Janaína também era envolvido com a criminalidade. Quando era mais novo, já tinha passado pelas medidas socioeducativas e recentemente tinha passado pelo sistema prisional, ficando detido por alguns meses. Nesse período, Janaína já estava com ele. Falava que queria conhecer outras pessoas, ter um namorado mais responsável, mas que não conseguia. Relata que um dia o namorado falou que conversou sobre ela com um colega na prisão. Era nítida a emoção da adolescente ao lembrar esse fato, sentindo-se importante por ser lembrada numa conversa. Para ela, ali, ela existia.

Outro fato que nos chamou atenção nas medidas socioeducativas é que muitos adolescentes eram recorrentes, já tinham um histórico de passagens, o que colocava alguns

técnicos numa situação de impotência diante desses casos. Pensando o ato infracional do adolescente como consequência de uma tendência antissocial que se iniciou na infância e foi se agravando pela falta de provisão social, há de se considerar que, quando ele chega para ser atendido nas medidas socioeducativas, traz consigo uma bagagem de histórias e vivências. Reconhecemos que às vezes a tarefa de implicá-los em seus atos não é a das mais fáceis. Winnicott (1964/2005) aponta que “a defesa anti-social organizada está sobrecarregada de ganho secundário e reações sociais que tornam difícil o investigador atingir o seu âmago” (p. 128). Apesar da tendência antissocial e da delinquência terem em sua gênese a deprivação, Winnicott (1964/2005) estabelece diferenças entre elas. Tais diferenças são bem elucidadas no texto *Delinquência infanto-juvenil como uma das formas da privação emocional*. Para Sá (2001), estudioso das obras de Winnicott, a tendência antissocial visa um ganho primário, regatar aquilo que foi perdido, a maternagem suficientemente boa, aquilo que foi tido como bom, mas foi perdido. Já a delinquência seria uma evolução da tendência antissocial, apresenta-se de forma mais organizada e carregada de ganhos secundários. A busca deixa de ser pela maternagem, o ambiente passa ser o devedor. O que importa agora não é o objeto perdido, mas os benefícios que adquire com o delito. Como vimos, Winnicott considera o delinquente como o antissocial que não foi tratado. Assim também, quanto mais longe o ato infracional estiver de sua gênese, mais difícil será o tratamento das questões que se apresentam. Quando o adolescente a partir de seus atos infracionais tem acessos a ganhos secundários, mais será o trabalho pra tirá-los dessa condição. Isso talvez explique a grande reincidência de alguns adolescentes nas medidas socioeducativas e o descaso e apatia para algumas possibilidades que oferecemos como parte da medida. Muitos adolescentes, diante da possibilidade de trabalharem como jovens aprendizes durante o cumprimento da medida, afirmam: *Não quero, o que eu ganharia em um mês eu ganho em uma semana*. O que ele ganhava em uma semana estava relacionado na maioria das vezes ao tráfico e roubo.

Penso também que há de se considerar a situação econômica de muitos dos jovens que chegam às medidas socioeducativas. Muitos afirmam que começaram a trabalhar no tráfico ou a roubar pelo fato de seus pais não conseguirem dar o que eles queriam devido à falta de condições financeiras, desde suas necessidades básicas como alimentação, moradia adequada a apelos consumistas do mundo capitalista, como “aquele tênis”, um boné ou camisa de marca, etc., e pelo fato de que, através do tráfico, por exemplo, passam algumas vezes a ocupar um lugar de destaque em sua comunidade – o que vai ao encontro das ideias de Winnicott, quando este fala que o que o adolescente quer é ser visto. Muitas vezes, deixam

claro isso em seus relatos quando afirmam que ganharam através do ato um melhor *status* frente aos colegas e às conquistas amorosas.

Reiteramos que os adolescentes que cometem atos infracionais apontam para um desencontro com o ambiente, não só em relação aos pais e à família, mas em relação à escola, e à sociedade como um todo. Os cuidados faltosos nas fases iniciais de seu desenvolvimento não foram oportunizados a eles nesses outros lugares, não havendo uma provisão ambiental. A falta de estabilidade e segurança em seu ambiente familiar provavelmente também os tornou ainda mais frágeis nas suas relações nesses outros espaços.

Em relação à escola, percebemos que ela também fracassa como um espaço de estabilidade para o crescimento desses adolescentes, não ofertando os cuidados que eles demandam nessa fase. Como vimos no início do trabalho, através dos dados revelados pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança (2014), apenas 50% dos adolescentes estavam estudando na ocasião da infração.

Nosso trabalho como técnico das medidas socioeducativas engloba não só o adolescente, mas também os pais, a escola e toda rede de apoio como fortalecedores desse processo. Muitas vezes somos obrigados a intervir na escola para que ela possa ser mais flexível em relação ao momento que o adolescente está vivenciando. Tivemos alguns casos em que percebemos uma clara resistência da escola em aceitar o adolescente de volta quando ficava sabendo da participação do mesmo em atos infracionais, como por exemplo, dificultando sua matrícula, expulsando-o diante de qualquer manifestação de indisciplina (o que, quando ocorria na mesma intensidade com outros adolescentes, não resultava em punição), o que sempre nos pareceu contraditório, pois se entende a escola como um espaço de formação e não de segregação.

Alguns pais também têm dificuldades em compreender o objetivo das medidas socioeducativas, que não é o da punição. Os pais muitas vezes nos veem como alguém que, enfim, ira disciplinar seus filhos: *Eu falei para ele que a próxima vez que ficar na rua até tarde eu vou contar para você*. Apresentando, além do desconhecimento do nosso objetivo enquanto técnicos, sua total falta de autoridade sobre os filhos.

Já a sociedade espera por uma punição. Até mesmo nos postos de atividades para os quais encaminhamos os adolescentes, algumas pessoas que exercem o papel de educador social (aquele que acompanha o adolescente na medida em suas tarefas no posto de atividade) entendem que a atividade que o adolescente terá como tarefa deve ter o caráter punitivo. Oferecem muitas das vezes como opção atividades como capinar a escola, lavar os banheiros.

Não desmerecendo aqui essas funções, mas esses educadores revelam seus preconceitos ao não apresentarem outras alternativas de atividades que de fato permitissem o seu crescimento, a exploração de suas capacidades e habilidades, para que possam sentir-se úteis e exercendo um outro papel social.

Winnicott (1964/2005) já revelava que o crime produz sentimentos de vingança pública. A sociedade espera que os adolescentes “paguem” pelos seus delitos. Nossa atitude de buscar a compreensão e a tolerância frente aos adolescentes infratores muitas vezes é percebida como “passar a mão” na cabeça destes. Podemos perceber esse sentimento de vingança pública nos debates atuais fervorosos sobre a redução da maioria penal, quando grande parte da sociedade se manifesta favorável, não vislumbrando a recuperação e ressocialização desses adolescentes, mas que eles sejam punidos, o quanto antes.

Acreditamos que mesmo nos casos que se apresentam como mais difíceis nas medidas socioeducativas são passíveis de um trabalho em busca de um novo lugar na sociedade para esses adolescentes. Até mesmo aqueles que já adquiriram ganhos secundários com os seus atos, dentro da perspectiva apresentada pelos diversos autores desta pesquisa, ao entender o adolescente como um ser mutável, em formação. O adolescente anseia, através de seus atos infracionais, explorar seus impulsos construtivos e destrutivos, colocar para fora suas frustrações. Ou ainda, nas palavras de Winnicott (1996), busca um ambiente acolhedor onde possa viver de forma plena e autêntica. Embora se apresente hostil, o que ele quer é ser cuidado. Volta-se à sociedade, às leis, para que supram as necessidades que o ambiente familiar não foi capaz de suprir. É necessário ir ao encontro desse pedido de cuidado que o adolescente nos faz. O profissional que pretende trabalhar com esses adolescentes deve encarar esse desafio como um sinal de esperança e potencial de recuperação. E, a partir da sua escuta e conduta, pode permitir um momento de ressignificação de suas carências, criando novas saídas, que não seja pelo ato infracional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre as implicações das falhas do ambiente familiar nos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, vimos, a partir de Winnicott, que tais atos já estariam presentes desde a infância, sob a forma de tendência antissocial, cuja origem encontra-se na deprivação, isto é, na perda de um ambiente que num momento foi vivenciado como suficientemente bom pela criança.

Zanetti e Gomes (2011) corroboram as ideias de Winnicott de que as tendências antissociais têm em si uma manifestação de esperança, na possibilidade de que aquilo que os pais não conseguiram realizar possa ser realizado por outras pessoas, como professores, outros familiares, etc.

Pensando o ato infracional do adolescente como consequência de uma tendência antissocial que se iniciou na infância e foi se agravando pela falta de provisão social, há de se considerar que, quando o adolescente chega para ser atendido nas medidas socioeducativas, traz consigo uma bagagem de histórias e vivências. Esse é o grande desafio do profissional que pretende trabalhar com esses jovens, pois o ato infracional remete ao processo de amadurecimento, que possui suas raízes nas primeiras experiências de vida.

Baseando-nos nas várias conceituações apresentadas sobre a adolescência, que, em geral, a descrevem como uma fase de transformações e busca da identidade, podemos entender que o comportamento dos adolescentes, por meio de suas transgressões e destrutividade convidam a sociedade a reconhecer as perdas que tiveram e propiciarem novamente uma vivência de confiabilidade, apoio e autoconfiança, para que, assim, possam chegar à maturidade. Portanto, o ato infracional pode ainda apontar para um sentimento de esperança.

A tendência antissocial pode chegar a patamares mais complexos e aparecer de forma mais organizada, desenvolvendo-se a delinquência, que remete a ganhos secundários através do delito (Winnicott apud Garcia, 2005).

Mesmo nos casos em que, por meio do ato infracional, exista a aquisição de ganhos secundários e seja mais difícil o adolescente abandonar esse comportamento antissocial, devemos ter esperança e acreditar que há possibilidades de novos arranjos, ao entendermos que o adolescente está em busca da sua identidade, do seu eu.

O técnico das medidas socioeducativas deve ser capaz de suportar a complexidade que a própria adolescência apresenta por si mesma e as implicações inerentes à prática infracional.

Os adolescentes tendem a se esquivar das medidas socioeducativas, faltam aos atendimentos, mentem, reincidem na prática infracional. Encontramos essa resistência principalmente pela conotação de punição que a medida pode ter para ele, já que até aquele momento, provavelmente o ambiente se apresentou a ele como algo instável e pouco confiável

Desse modo, a escuta analítica pode propiciar um espaço de fala que produz demandas e propicia que o indivíduo saia da condição de assujeitado, favorecendo o conhecimento de suas motivações inconscientes e a responsabilização por seus atos.

A família também é importante no processo socioeducativo dos adolescentes, pois embora eles estejam na busca pela sua autonomia, estão ainda em transição e necessitam ainda de apoio e mediações e continuam tendo a família como sua principal referência. Como vimos em Winnicott(1975), não há independência absoluta, ela é sempre relativa. É preciso também implicar a família na importância de ser acolhedora, agindo com compreensão e tolerância nesse processo, buscando também o restabelecimento dos laços familiares.

É preciso irmos ao encontro dessa demanda do adolescente e propiciarmos o reconhecimento de suas atitudes, para que possa fazer novas escolhas e caminhar em direção de um novo projeto de vida que permita o seu amadurecimento psíquico.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). Adolescência e psicopatia: luto pelo corpo, pela identidade e pelos pais infantis. In *A adolescência normal*. (pp. 63-72). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Alves, C. et al. (2009). Adolescência e maioridade penal: reflexões a partir da psicologia e do direito. *Revista de Psicologia Política*, 9 (17), 67-83. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100005&lng=pt&nrm=iso
- Braga, M. (2012). *CNJ traça perfil dos adolescentes em conflito com a Lei*. Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58526-cnj-traca-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Recuperado de http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.
- Dias, E O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Figueiredo, L. C. & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal da Psicanálise*, 39(70), 257-278. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso.
- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Jayme Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 123-238). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1976). Romances familiares. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Jayme Salomão, Trad., Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Jayme Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 123-238). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Jayme Salomão, Trad., Vol. 7, pp. 123-238). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916).
- Garcia, R. M. (2005). O uso da consulta terapêutica na clínica da tendência anti-social. *Natureza Humana*, 7(1). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000200007

- Macedo, M. M. K., Fensterseifer, L. & Werlang, B. S. G. (2004). Adolescência: um tempo de ressignificações. In M. M. K. Macedo (Org.), *Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Outeiral, J. (2008). *Adolescer*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Sá, A. A. de. Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. *Teoria e prática*, 3(1). Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1096>
- Sprinthall, N. A. & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do adolescente: uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1982). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1999). Tipos de psicoterapia. In *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1961).
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964).
- Zanetti, S. A. & Gomes, I. C. (2011). A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. *Temas em Psicologia*, 19(2), 491 - 502. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v19n2/v19n2a12.pdf>. Acesso em 11 maio 2019